

DESEMPENHO ECONÔMICO CONJUNTURAL E A SITUAÇÃO RECENTE DO TRABALHO NO BRASIL

*Marcio Pochmann*²

Resumo: Este artigo trata da situação mais recente do trabalho no Brasil diante do desempenho conjuntural desfavorável da economia nacional. De 2014 ao início de 2018, o Produto Interno Bruto registrou decréscimo de 5,7%, ao passo que a taxa de desemprego aumentou 81,9% e rebaixamento do nível geral de ocupação. Para, além disso, a conclusão que se chega é a respeito da importante alteração no perfil dos ocupados e desempregados.

Palavras-chave: Trabalho; Desemprego; Rendimento; Produção.

CONJUNCTURAL ECONOMIC PERFORMANCE AND THE RECENT WORK SITUATION IN BRAZIL

Abstract: This article deals with the most recent work situation in Brazil in the face of unfavorable economic performance of the national economy. From 2014 to the beginning of 2018, Gross Domestic Product registered a decrease of 5.7%, while the unemployment rate increased 81.9% and the general level of employment declined. In addition, the conclusion is reached regarding the important change in the profile of the employed and unemployed.

Keywords: Work; Unemployment; Income; Production.

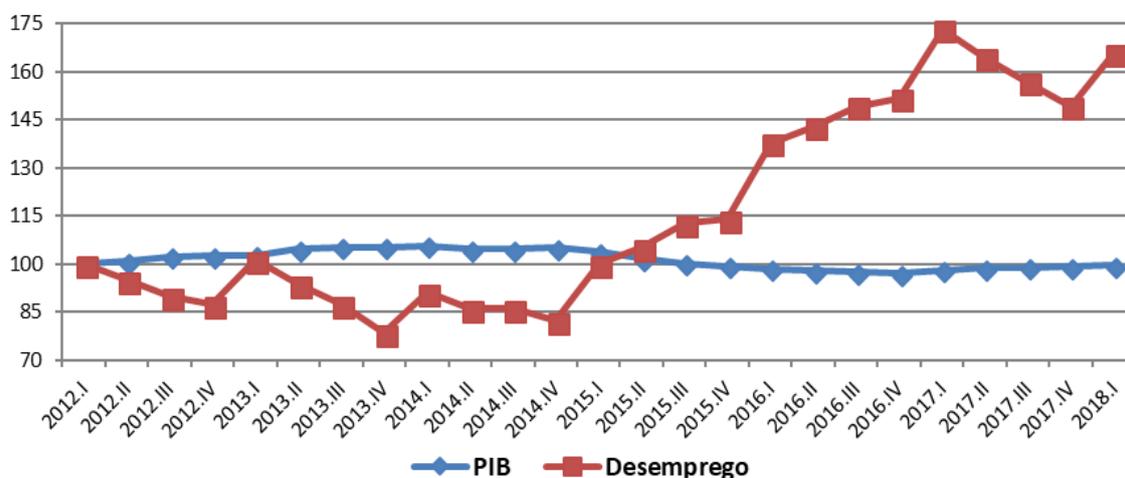
1. INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho encontra-se frente a modificações de natureza estrutural protagonizadas por dois movimentos fundamentais. Por um lado, o processo de precoce de desindustrialização que vem rapidamente destruindo as ocupações assentadas direta e indiretamente na produção de bens manufaturados.

Por outro lado, o movimento de modernização tecnológica que contamina, cada vez mais para além dos empregos industriais, os segmentos primários (agropecuária) terciário da economia nacional. Essas alterações estruturais no mundo do trabalho que já vinham se manifestando durante o ciclo observado de expansão produtiva entre os anos de 2000 e 2014 foram impactadas fortemente pela recessão econômica a partir de 2015.

² Professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: pochmann@eco.unicamp.br

Figura 1 – Evolução do índice do Produto Interno Bruto e da taxa de desemprego trimestral (1º Trimestre de 2012 = 100) – Brasil



Fonte: IBGE/ Contas Nacionais Trimestrais e PNAD Contínua; Elaboração própria.

Diante disso, a presente contribuição volta-se ao entendimento da situação mais recente do trabalho no Brasil frente à mudança conjuntural no desempenho da economia nacional. Isso porque se pode constatar que durante a virada da primeira para a segunda metade da década de 2010, o país foi surpreendido pela mais grave recessão registrada desde a década de 1930.

Entre o primeiro trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2018, por exemplo, a evolução do índice que mede o Produto Interno Bruto (PIB) acusou decréscimo de 5,7%, enquanto o índice que trata da taxa de desemprego aumentou 81,9%, segundo informações do IBGE (Contas Nacionais e Pnad contínua). Essa gravíssima circunstância da economia nacional terminou abalando profundamente o comportamento do mercado de trabalho brasileiro.

Na sequência, duas partes tratam de analisar a interferência do desempenho econômico sobre o trabalho. Inicialmente, apresentam-se, brevemente, os componentes responsáveis pela evolução da economia entre os anos de 2014 e de 2018.

Posteriormente, busca-se considerar os principais aspectos relacionados à evolução da ocupação, bem como da situação do desemprego nos 42 meses que compreendem o período entre o segundo trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2018. As informações estatísticas selecionadas e sistematizadas são originárias do IBGE (Contas Nacionais e Pnad Contínua).

2. RECESSÃO PROFUNDA, SEM RETOMADA DO CRESCIMENTO

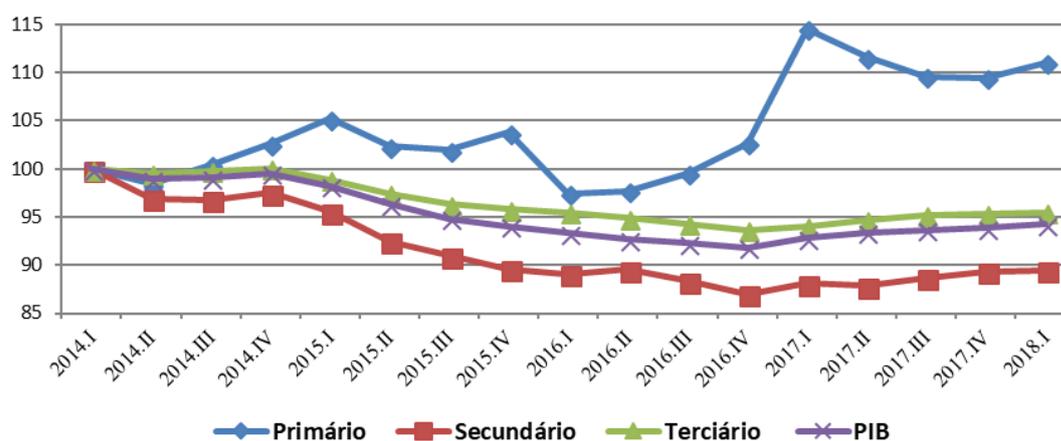
Durante os anos 2000, a produção nacional encontrou ambiente favorável para considerável avanço. Mas desde o início da década de 2010 que a trajetória da economia brasileira tendeu a ser a da desaceleração, somente interrompida no ano de 2014, com os primeiros sinais de recessão.

Do ponto de vista dos componentes do PIB pelo lado da oferta, percebe-se, por exemplo, que o setor secundário terminou sendo o mais importante responsável pela recessão. Entre o primeiro trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2018, o setor secundário caiu 10,5% e o terciário diminuiu apenas 4,5%.

Além disso, o setor primário registrou crescimento de 11% no mesmo período de tempo. Mesmo assim, o comportamento do PIB apontou para o declínio de 5,7% no acumulado do mesmo período de tempo.

Pelo lado da demanda, o comportamento do PIB indica que o investimento (Formação Bruta de Capital Fixo) constituiu-se no principal componente responsável pela queda do nível geral de atividade da economia brasileira. No intervalo entre o primeiro trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2018, o investimento registrou queda significativa de 24,7%, concomitante com o declínio importante das importações em 15%.

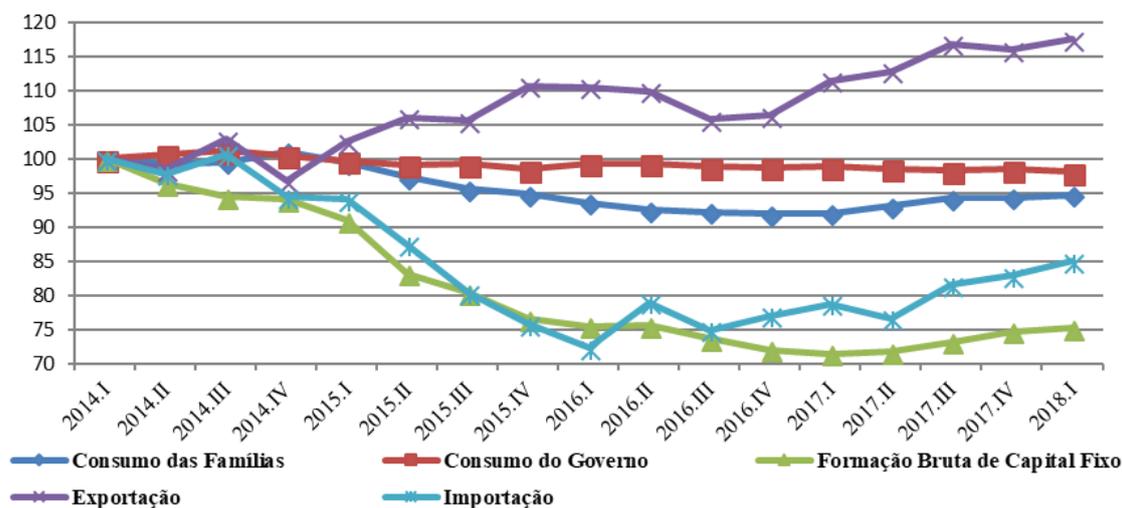
Figura 2 – Evolução dos índices que compõe o Produto Interno Bruto pelo lado da oferta (1º Trimestre de 2014 = 100) – Brasil



Fonte: IBGE/ Contas Nacionais Trimestrais; Elaboração própria.

No caso do consumo das famílias houve redução intermediária, com a variação negativa acumulada de 5,2%. Levemente inferior ao verificado no comportamento geral do PIB (-5,7%).

Figura 3 – Evolução dos índices que compõe o Produto Interno Bruto pelo lado da demanda (1º Trimestre de 2014 = 100) – Brasil



Fonte: IBGE/ Contas Nacionais Trimestrais; Elaboração própria.

Para o consumo do governo, a queda foi de 1,9%, bem menor entre os componentes de queda na demanda agregada, enquanto as exportações tiveram trajetória distinta. No primeiro trimestre de 2018, por exemplo, as exportações registraram crescimento acumulado de 17,5% em relação ao primeiro trimestre de 2014.

Uma vez descrita essa breve apreciação sobre o panorama do PIB brasileiro, trata-se de avançar na análise acerca da situação geral do mercado de trabalho. Isso porque parte-se do pressuposto de que os rendimentos e as ocupações sofreram impacto significativo da mudança de comportamento da economia nacional desde o segundo trimestre de 2014, conforme se analisa a seguir.

3. NÍVEL DE OCUPAÇÃO GERADO PELO DESFAVORÁVEL COMPORTAMENTO ECONÔMICO

Durante o segundo trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2018, o conjunto da população brasileira cresceu acumuladamente 3,2% ou 6,4 milhões de pessoas. Para o mesmo período de tempo, a quantidade de ingressantes na População em Idade Ativa

(14 anos e mais) foi de 7,4 milhões de indivíduos (4,6%), ao passo que a População fora da Idade Ativa registrou queda de 1,0 milhão de pessoas (-2,5%).

Quadro 1 – Evolução da população segundo características selecionadas – Brasil

Itens	2º trimestre de 2014 (em milhão)	1º trimestre de 2018 (em milhão)	Varição (em milhão)
População Total	202,0 (100 %)	208,4 (100%)	6,4 (3,2%)
População em Idade não Ativa	40,3 (19,9%)	39,3 (18,9%)	-1,0 (-2,5%)
População em Idade Ativa (PIA)	161,7 (80,1%)	169,1 (81,1%)	7,4 (4,6%)
PIA fora da PEA	62,8 (31,1%)	64,9 (31,1%)	2,1 (3,3%)
Pop. Economicamente Ativa (PEA)	98,9 (49,0%)	104,3 (50,0%)	5,4 (5,5%)
- PEA Ocupada	92,1 (45,6%)	90,6 (43,5%)	-1,5 (-1,6%)
- PEA Desempregada	6,8 (3,4%)	13,7 (6,6%)	6,9 (101,5%)

Fonte: IBGE/ PNAD Contínua; Elaboração própria.

Do conjunto de brasileiros que passaram a ter idade ativa (7,4 milhões), 5,4 milhões de pessoas (73% do total) passaram a constituir a População Economicamente Ativa (PEA), enquanto 2 milhão de indivíduos (27% do total) não ingressaram na condição de economicamente ativos. Como a PEA ocupada reduziu em 1,5 milhões pessoas, o desemprego aumentou em 6,9 milhões de pessoas, sendo 5,4 milhões de ingressantes na PEA e 1,5 milhão decorrente de postos de trabalhos destruídos pela recessão econômica.

Em síntese, a quantidade de desempregados aumentou 101,5% e o total de ocupados diminuiu 1,5% na comparação entre o segundo trimestre de 2014 e primeiro trimestre de 2018.

Quadro 2 – Evolução da população segundo características selecionadas – Brasil

Itens	2º trimestre de 2014 (em milhão)	2º trimestre de 2017 (em milhão)	Variação (em milhão)
Pop. Economicamente Ativa (PEA)	98,9 (100%)	104,3 (100,0%)	5,4 (5,5%)
PEA Ocupada	92,1 (93,2%)	90,6 (86,9%)	-1,5 (-1,6%)
Empregador	3,7 (3,7%)	4,2 (4,6%)	0,7 (18,9%)
Empregados	64,4 (65,1%)	61,1 (58,6%)	-3,3 (-4,8%)
– Com Carteira Assinada	47,8 (74,2%)	46,0 (75,3%)	-1,8 (-5,1%)
– Sem Carteira Assinada	16,6 (25,8%)	15,1 (24,7%)	-1,5 (-9,0%)
Conta Própria	21,1 (21,3%)	22,9 (22,0%)	1,8 (8,5%)
Trabalho familiar	2,7 (2,7%)	2,2 (2,1%)	-0,5 (-18,5%)
Desempregado	6,8 (6,8%)	13,7 (13,1%)	6,9 (101,5%)
Subutilização*	15,7 (14,9%)	27,7 (26,6%)	12,0 (76,4%)

Fonte: IBGE/ PNAD Contínua; Elaboração própria.

* Soma dos desempregados com pessoas que trabalham menos de 40 horas semanais e desejam trabalhar mais e força de trabalho potencial, que não procura por trabalho, mas gostaria de trabalhar.

Em termos relativos, a maior queda nos segmentos ocupacionais ocorreu entre os trabalhadores familiares auxiliares (-18,5%). Entretanto, do ponto de vista absoluto, o emprego assalariado teve acusou redução de 3,3 milhões de postos de trabalho, sendo 1,8 milhões a menos no emprego formal (54,5% da redução total) e 1,5 milhão de empregos informais (45,5% da redução total).

Em contrapartida, as atividades laborais vinculadas à ocupação por conta própria cresceu em 1,8 milhões de novas vagas, assim como o empregador cresceu também em 700 mil ocupações. Ao mesmo tempo, percebe-se o considerável avanço da subutilização da força de trabalho no Brasil.

No primeiro trimestre de 2018, por exemplo, o contingente de brasileiros submetidos à condição de subutilizado pela economia nacional atingiu a 27,7 milhões de pessoas, o que equivaleu a quase 30% da força nacional de trabalho. Por subutilizado, compreende-se o contingente de desempregados, acrescido tanto daqueles ocupados com jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais e que desejam trabalhar

mais como também a parcela da força de trabalho considerada potencial, pois mesmo que não procure sistematicamente por ocupação, está disponível para o trabalho.

Quadro 3 – Evolução da ocupação segundo grau de instrução – Brasil

Itens	2º trimestre de 2014 (em milhão)	1º trimestre de 2018 (em milhão)	Variação (em milhão)
PEA Ocupada	92,1 (100%)	90,6 (100%)	-1,5 (-1,6%)
Sem instrução	4,7 (5,1%)	3,1 (3,4%)	-1,6 (-34,0%)
Ensino Fundamental	33,4 (36,3%)	28,9 (31,9%)	-4,5 (-13,5%)
Ensino Médio	34,8 (37,8%)	35,5 (39,2%)	0,7 (2,0%)
Ensino Superior	19,2 (20,8%)	23,1 (25,5%)	3,9 (20,3%)

Fonte: IBGE/ PNAD Contínua; Elaboração própria.

Ao se voltar para a análise a respeito do conjunto dos ocupados, percebe-se como o segmento daqueles com maior escolaridade obtiveram melhor desempenho no período considerado. No caso dos trabalhadores com Ensino Superior, por exemplo, houve a expansão da ocupação em 3,9 milhões de novas vagas, enquanto para as pessoas com Ensino Médio registraram adicional de 700 mil novos postos de trabalho.

Por outro lado, os trabalhadores de menor escolaridade sofreram com a redução do nível das ocupações. Para as pessoas sem instrução, por exemplo, constata-se a redução de 1,6 milhões de ocupações, ao passo que para os trabalhadores com Ensino Fundamental a queda foi ainda mais intensa, com a destruição de 4,5 milhões de vagas.

Quadro 4 – Evolução da ocupação segundo setor econômico – Brasil

Itens	2º trimestre de 2014 (em milhão)	1º trimestre de 2018 (em milhão)	Variação (em milhão)
PEA Ocupada	92,1 (100%)	90,6 (100%)	-1,5 (-1,6%)
Primário (Agropecuária)	9,6 (10,4%)	8,5 (9,4%)	-1,1 (-11,5%)
Secundário	21,0 (22,8%)	18,2 (20,1%)	-2,8 (-13,3%)
– Indústria geral	13,4 (14,5%)	11,6 (12,8%)	-1,8 (-13,4%)
– Indústria de Transformação	12,0 (13,0%)	10,3 (11,4%)	-1,7 (-14,2%)
– Construção Civil	7,6 (8,3%)	6,5 (7,2%)	-1,1 (-14,5%)
Terciário	61,5 (66,8%)	63,9 (70,5%)	2,4 (3,9%)
– Comércio	17,2 (18,7%)	17,5 (19,3%)	0,3 (1,7%)
– Transporte	4,1 (4,5%)	4,6 (5,1%)	0,5 (12,2%)
– Alojamento e Alimentação	4,2 (4,6%)	5,2 (5,8%)	1,0 (23,8%)
– Informação e Atividades Financeiras	10,7 (11,6%)	10,0 (11,1%)	-0,7 (-6,5%)
– Administração Pública, Defesa e Seguridade	15,1 (16,4%)	15,5 (17,1%)	0,4 (2,6%)
– Outros Serviços	4,2 (4,6%)	4,7 (5,2%)	0,5 (11,9%)
– Domésticos	6,0 (6,5%)	6,2 (6,9%)	0,2 (3,3%)

Fonte: IBGE/ PNAD Contínua; Elaboração própria.

Entre os grandes setores de atividade econômica, percebe-se que a ocupação cresceu somente no setor terciário (3,9% acumulado no período). No subsetor de alojamento e alimentação, por exemplo, o nível da ocupação aumentou em 23,8%, embora o segmento que compreende as atividades financeiras, comunicação e informação registrou o decréscimo de 700 mil vagas entre o segundo trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2018.

Mas as maiores perdas na ocupação ocorreram no setor secundário (-13,3% no acumulado do período). A indústria de transformação teve saldo líquido negativo de 1,7 milhões de ocupações, enquanto na construção civil foram cortada 1,1 milhão de postos de trabalho.

Por fim, nota-se que o setor primário da economia, não obstante ter sido o único segmento produtivo com crescimento da produção durante o período de tempo considerado, também reduziu o nível de ocupação em 11,5%. Ou seja, a redução de 1,1 milhão de postos de trabalho.

Quadro 5 – Evolução da ocupação segundo características selecionadas – Brasil

Itens	2º trimestre de 2014 (em milhão)	1º trimestre de 2018 (em milhão)	Variação (em milhão)
PEA Ocupada	92,1 (100%)	90,6 (100%)	-1,5 (-1,6%)
Masculino	52,8 (57,3%)	51,2 (56,5%)	-1,6 (-3,0%)
Feminino	39,3 (42,7%)	39,4 (43,5%)	0,1 (0,2%)
– De 14 a 17 anos	2,4 (2,6%)	1,5 (1,7%)	-0,9 (-37,5%)
– De 18 a 24 anos	12,7 (13,8%)	11,3 (12,5%)	-1,4 (-11,0%)
– De 25 a 39 anos	36,3 (39,4%)	34,4 (38,0%)	-1,9 (-5,2%)
– De 40 a 59 anos	34,7 (37,7%)	36,2 (40,0%)	1,5 (4,3%)
– 60 anos ou mais	6,0 (6,5%)	7,2 (7,9%)	1,2 (20,0%)
Rendimento médio real	R\$2.124,00	R\$2.169,00	R\$45,00 (2,1%)
Massa de rendimento total real	R\$191,0 bilhões	R\$191,5 bilhões	R\$0,5 bilhão (0,3%)

Fonte: IBGE/ PNAD Contínua; Elaboração própria.

Na sequência da descrição a respeito das principais características dos ocupados durante o período de tempo considerado, nota-se que os homens foram mais atingidos negativamente, com a perda de 1,6 milhões de postos de trabalho. As mulheres, ao contrário registraram o aumento de 0,1 milhão de novas vagas.

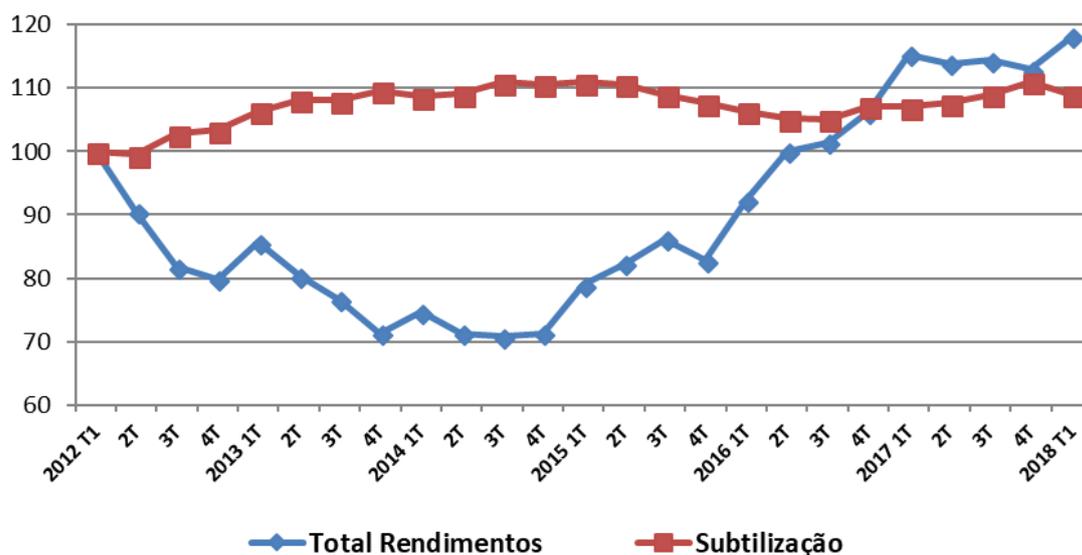
Para os ocupados em conformidade com a faixa etária, observa-se que entre os 14 e 24 anos houve a diminuição no nível de ocupação foi de 2,3 milhões postos de trabalhos. Também no caso da faixa etária de 25 a 39 anos de idade, o nível de ocupação descaiu em 1,9 milhões de vagas.

Somente para as faixas etárias dos trabalhadores acima de 40 anos de idade que terminou havendo saldo positivo na ocupação. No segmento de 40 a 59 anos, por exemplo, a ocupação cresceu em 1,5 milhão de vagas, enquanto para as pessoas com 60

anos e mais de idade, os postos de trabalho aumentaram em 1,2 milhão de novas ocupações.

Por fim, a evolução da massa de rendimentos real dos ocupados do rendimento médio individual. No período do segundo trimestre de 2014 ao primeiro de 2018, a massa de rendimentos subiu decaiu 0,3% em termos reais (R\$ 0,5 bilhão), enquanto o rendimento médio real aumentou 2,1% (R\$ 45,00).

Figura 3 – Evolução do índice da subutilização da força de trabalho e do total dos rendimentos dos ocupados (1º Trimestre de 2014 = 100) – Brasil



Fonte: IBGE/ Contas Nacionais e PNAD Contínua; Elaboração própria.

Diante da trajetória de queda no nível de ocupação a partir da recessão econômica, com a manutenção do valor real da massa de rendimentos dos trabalhadores, o resultado foi a elevação tanto da subutilização dos postos de trabalho existentes como do desemprego. Conforme a literatura especializada, a expansão de uma nova classe trabalhadora do precariado.

4. DECRÉSCIMO ECONÔMICO E DESEMPREGO NACIONAL

A elevação do desemprego em massa se transformou na principal referência relativa ao decréscimo do nível de atividade econômica no Brasil entre o segundo trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2018. Com a elevação da força de trabalho em 5,4 milhões de pessoas (5,5%) frente à redução do total das ocupações em 1,5 milhão de vagas (-1,6%), a precarização cresceu significativamente.

Para o mesmo período de tempo, a taxa de subutilização da força de trabalho cresceu 76,4%, com 27,7 milhões de pessoas a procura de trabalho, enquanto a taxa de desemprego aberto elevou-se em 101,5%. Da mesma forma que o perfil dos ocupados foi se alterando em função do decréscimo da economia nacional, também o perfil do desempregado alterou-se segundo características pessoais.

Quadro 6 – Evolução da composição do desemprego segundo grau de instrução – Brasil

Itens	2º trimestre de 2014 (em milhão)	1º trimestre de 2018 (em milhão)	Variação (em milhão)
PEA Desempregada	6,8 (100%)	13,7 (100%)	6,9 (101,5%)
Sem instrução	0,2 (3,3%)	0,4 (2,8%)	0,2 (100%)
Ensino Fundamental	2,3 (34,1%)	4,3 (31,2%)	2,0 (87,0%)
Ensino Médio	3,4 (49,0%)	6,8 (49,9%)	3,4 (100,0%)
Ensino Superior	0,9 (13,6%)	2,2 (16,1%)	1,3 (144,4%)

Fonte: IBGE/ PNAD Contínua; Elaboração própria.

O contingente de desempregados cresceu mais para os trabalhadores com Ensino Superior (144,4%), uma vez que adicionalmente 1,3 milhão de pessoas justamente nessa faixa de escolaridade ingressaram na condição dos sem ocupação. Na sequência, o crescimento em dobro do desemprego tanto para trabalhadores sem instrução (200 mil a mais de desempregados) como do Ensino Médio (3,4 milhões a mais de desempregados). As pessoas com Ensino Fundamental registraram aumento de 87% na quantidade do desemprego (2 milhões a mais de desempregados) entre o segundo trimestre de 2014 e o primeiro de 2018.

Quadro 7 – Evolução do desemprego segundo características selecionadas – Brasil

Itens	2º trimestre de 2014 (em milhão)	2º trimestre de 2017 (em milhão)	Variação (em milhão)
PEA Desempregada	6,8 (100%)	13,7 (100%)	6,9 (101,5%)
Branca	2,8 (41,1%)	4,8 (35,2%)	2,0 (71,4%)
Não Branca	4,0 (58,9%)	8,9 (64,8%)	4,9 (122,5%)
Masculino	3,3 (48,0%)	6,7 (49,1%)	3,4 (103,0%)
Feminino	3,5 (52,0%)	7,0 (50,9%)	3,4 (97,1%)
– De 14 a 17 anos	0,6 (9,0%)	1,2 (8,7%)	0,6 (100,0%)
– De 18 a 24 anos	2,3 (34,1%)	4,4 (32,3%)	2,1 (91,3%)
– De 25 a 39 anos	2,5 (36,3%)	4,7 (34,2%)	2,2 (88,0%)
– De 40 a 59 anos	1,3 (18,9%)	3,1 (22,4%)	1,8 (138,5%)
– 60 anos ou mais	0,1 (1,7%)	0,3 (2,5%)	0,2 (100,0%)

Fonte: IBGE/ PNAD Contínua; Elaboração própria.

Quando se considera a evolução do desemprego conforme cor/raça percebe-se que a maior expansão transcorreu para os trabalhadores não brancos (122,5%), ou seja, 4,9 milhões de pessoas que passaram à condição dos sem ocupação. A expansão do desemprego para trabalhadores brancos equivaleu a quase 2/3 do verificado para as pessoas não brancas.

Na trajetória recente do desemprego segundo gênero, percebe-se o aumento levemente maior para os homens (103 %) do que em relação às mulheres (97,1%). Em termos absolutos, a evolução foi equivalente ao adicional de 3,4 milhões de desempregados para mulheres e homens.

Ainda em relação ao aumento na quantidade dos desempregados, nota-se o impacto diferenciado em relação à idade dos brasileiros. A maior expansão absoluta ocorreu na faixa etária de 25 a 39 anos de idade, com adicional de 2,2 milhões, seguida de 2,1 milhões no segmento de 18 a 24 anos.

Ampliando-se a faixa etária para 14 a 24 anos de idade, nota-se que a quantidade de desempregados aumentou em 2,7 milhões, ou seja, quase 40% dos novos

desempregados. Os trabalhadores de 14 a 39 anos de idade corresponderam a 71% do aumento total do número de desempregados no Brasil durante o período analisado.

Ainda na trajetória da força de trabalho sem ocupação, verifica-se que a taxa de desemprego seguiu mais aceleradamente para a mão de obra não branca (122,5%) do que branca (71,4%). Praticamente 2,5 vezes a mais em termos absolutos nos desemprego de pessoas não brancas em relação às pessoas brancas.

No caso da taxa de desempregados por gênero, percebe-se que ela reduziu a distância que separa homens e mulheres. Antes da recessão, a taxa de desemprego feminina (8,2%) era 41,4% superior a dos homens (5,8%), ao passo que no primeiro trimestre de 2018, ela decaiu para 29,3% (15% para mulheres e 11,6% para homens).

Quadro 8 – Evolução da taxa de desemprego segundo características selecionadas – Brasil

Itens	2º trimestre de 2014 (em %)	1º trimestre de 2018 (em %)	Variação (em %)
PEA Desempregada	6,8	13,1	92,6
Branca	5,5	10,5	90,9
Não Branca	8,2	15,7	91,5
Masculino	5,8	11,6	100,0
Feminino	8,2	15,0	82,9
– De 14 a 17 anos	20,9	43,6	108,6
– De 18 a 24 anos	15,3	28,1	83,7
– De 25 a 39 anos	6,3	11,9	88,8
– De 40 a 59 anos	3,6	7,8	116,7
– 60 anos ou mais	1,9	4,6	142,1

Fonte: IBGE/ PNAD Contínua; Elaboração própria.

A evolução do comportamento na taxa de desemprego aponta a gravidade que assumiu para os segmentos com idade mais precoce. O desemprego atinge mais de 2/5 das pessoas de 14 a 17 anos (43,6% de taxa de desemprego), ao passo que na faixa de 60 anos e mais responde por 4,6%, quase 1/10 da taxa dos jovens desempregados. Na faixa de 18 a 24 anos, a taxa do desemprego subiu de 15,3% para 28,1%. Ou seja, a cada três jovens que se encontram no mercado de trabalho, praticamente um situou-se na condição de desempregado.

Quadro 9 – Evolução da taxa de desemprego no território – Brasil

Itens	2º trimestre de 2014 (em %)	1º trimestre de 2018 (em %)	Variação (em %)
<i>Brasil</i>	6,8	13,1	92,6
Norte	7,2	12,7	76,4
Acre	9,6	14,4	50,0
Amapá	9,9	21,5	117,2
Amazonas	8,3	13,9	67,5
Pará	7,7	12,2	58,4
Rondônia	4,1	10,4	153,7
Roraima	5,2	10,3	87,3
Tocantins	7,7	11,0	42,9
Nordeste	8,8	15,9	80,7
Alagoas	9,7	17,7	82,5
Bahia	10,1	17,9	77,2
Ceará	7,5	12,8	70,7
Maranhão	7,2	15,6	116,7
Paraíba	8,8	11,7	32,9
Pernambuco	7,9	17,7	124,0
Piauí	7,0	13,2	88,6
Rio Grande do Norte	11,5	14,9	29,6
Sergipe	9,6	17,1	78,1
Sudeste	6,9	13,8	100,0
Espírito Santo	6,5	12,5	81,1
Minas Gerais	6,8	12,6	85,3
São Paulo	7,0	14,0	100,0
Rio de Janeiro	6,4	15,0	134,4
Sul	4,1	8,4	104,9
Paraná	4,1	9,6	134,1
Rio Grande do Sul	4,9	8,5	73,5
Santa Catarina	2,8	6,5	132,1
Centro Oeste	5,6	10,5	87,5
Distrito Federal	9,2	14,0	52,2
Goiás	5,4	10,2	88,9
Mato Grosso	3,9	9,3	138,5
Mato Grosso do Sul	3,9	8,4	115,4

Fonte: IBGE/ PNAD Contínua; Elaboração própria.

Do ponto de vista do território nacional, o desemprego também apresenta comportamento bem diferenciado. Entre as cinco grandes regiões geográficas, a taxa de desemprego, a região Sul foi a que mais registrou elevação (104,9%), seguida da região Sudeste (100%), do Centro Oeste (87,5%), Nordeste (80,7%) e Norte (76,4%), embora a maior taxa de desemprego esteja na região Nordeste (15,9%) e a menor na região Sul (8,4%).

O estado da federação com maior elevação na taxa de desemprego foi Rondônia (153,7) e o de menor elevação ocorreu no Rio Grande do Norte (29,6%). Em contrapartida, o estado com a maior alta taxa de desemprego aberto foi Amapá (21,1%) e o com a menor taxa de desemprego em Santa Catarina (6,5%).

Das 27 unidades da federação, constata-se que o conjunto de 12 estados apresenta taxa de desemprego abaixo da média nacional (13,1%) e 15 estados, em contrapartida, acima. Por outro lado, 17 estados registram crescimento na taxa de desemprego abaixo da média nacional (92,6%) e 10 unidades da federação apresentaram acima.

O comportamento desigual do desemprego no território nacional tende a expressar os efeitos da fase de decrescimento do conjunto das atividades econômicas, bem como das trajetórias distintas dos componentes do PIB tanto pelo lado da demanda como pelo lado da oferta. Nesse sentido, os trabalhadores em cada região do Brasil sofreram ações não homogêneas que decorrem da mais grave queda no nível das atividades econômicas, sem, contudo, encontrar nova rota de retomada da produção, renda e emprego no país durante o segundo trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2017.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as páginas anteriores, nota-se a profundidade com que a fase do decrescimento atingiu a economia brasileira nos últimos anos. O setor secundário foi o principal responsável pela trajetória negativa da produção, enquanto o investimento e as importações registram quedas mais acentuadas durante o período considerado.

Em função disso, o mercado de trabalho expressou comportamento desfavorável, com redução no nível geral das ocupações e o aumento tanto da subutilização da força de trabalho como do desemprego. A precarização cresceu concomitantemente com a massificação do desemprego, com perfis distintos entre os ocupados e os sem ocupações.

Enquanto os jovens apresentaram as maiores taxas de desemprego, a ocupação não declinou nos postos de menor escolaridade. Essas diferenças também marcaram situação do mercado de trabalho considerada do ponto de vista territorial, especialmente para determinados unidades da federação.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. Crise no mercado de trabalho, bônus demográfico e desempoderamento feminino. In: ITABORAI, N.; RICOLDI, A.(org.). **Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?** Belo Horizonte: Abep, 2016.
- BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CACCIAMALI, M. C.; TATTEI, F. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. In: **Revista Estudos Avançados**. Vol. 30, no. 87. São Paulo, mai/ago. 2016.
- CORSEUIL, Carlos Henrique. Decifrando alguns paradoxos do mercado de trabalho brasileiro. In: **Revista Desafios do Desenvolvimento**, n. 83, 2015.
- FERRARI-FILHO, F.; PAULA, L. F. Padrões de crescimento e desenvolvimentismo: uma perspectiva keynesiano-institucionalista. In: **Nova Economia**, v.27, n. 1, 2017.
- GUERRA, A. *et al.* **Brasil 2016: Recessão e Golpe**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017
- KREIN, D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. (Orgs.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.
- MORETTO, A. J. *et al.* **As transformações no mundo do trabalho e o Sistema Público de Emprego como instrumentos de inclusão social**. Fortaleza: IDT, 2018.
- OREIRO, José Luis. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. In: **Revista Estudos Avançados**. V. 31, n. 89. São Paulo, 2017.
- PAULA, L.; PIRES, M. Crise e perspectivas para a economia brasileira. In: **Revista Estudos Avançados**. Vol. 31, n. 89. São Paulo, 2017.
- PIRES, Manoel C. C. Política econômica e estabilização: uma breve análise da recessão brasileira. In: **Brazilian Keynesian Review**, v.2, n. 2, 2016.
- POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. In: **Revista Estudos Avançados**. V. 23, n. 66. São Paulo, 2009.
- _____. Brasil: segunda grande transformação no trabalho? In: **Revista Estudos Avançados**. V. 28, n. 81. São Paulo, 2014.
- _____. Terceirização desregulada e seus efeitos no mercado de trabalho no Brasil. In: **Revista do TST**. V. 80, n. 3, Brasília, jul/set 2014.
- _____. **Brasil sem industrialização**. Ponta Grossa: UEPG, 2016.
- ROSSI, P.; MELLO, G. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. In: **Nota do Cecon**, IE/UNICAMP. Campinas, abril, 2017.

SERRANO, F.; SUMMA, R. Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014. In: **Center for Economic and Policy Research**, Washington, 2015.

SIMÕES, P. H. C.; ALVES, J. E. D; SILVA, P. L. N. Transformações e tendências do mercado de trabalho no Brasil entre 2001 e 2015: paradoxo do baixo desemprego? In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. V. 33, n. 3. São Paulo, set./dez. 2016.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.